



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15092 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 09 - Currículo

A MÁQUINA GREGÁRIA ESCOLAR E A ARTE DE GOVERNAR O DESEJO E A DIFERENÇA

Amarildo Inácio dos Santos - IFPR - Instituto Federal do Paraná

**A MÁQUINA GREGÁRIA ESCOLAR
E A ARTE DE GOVERNAR O DESEJO E A DIFERENÇA**

A relação entre educação escolar e diferença é o mote desta pesquisa desenvolvida em torno de quatro questões: quais enunciados sobre diferença estão presentes em documentos que normatizam e/ou orientam a educação escolar brasileira? Qual formação discursiva se configura da conjunção desses enunciados? Como essa formação discursiva se insere nos currículos escolares contemporâneos? Qual/quais função/ões essa formação discursiva desempenha ao ser inserida nos currículos escolares? Os objetivos foram: mapear enunciados sobre a relação entre diferença e educação escolar em documentos que a normatizam e/ou orientam. Analisar os enunciados mapeados e a formação discursiva que configuram. Problematizar a inserção e o uso biopolítico dessa formação discursiva nos currículos escolares contemporâneos. A pesquisa interrogou 'verdades' sobre a diferença e como refletem na elaboração de currículos. Foram analisados quarenta e oito documentos, nacionais e internacionais, orientadores e/ou normatizadores da elaboração de currículos. A metodologia bricolou cartografia deleuzeguattariana e arqueogenealogia foucaultiana. A cartografia possibilitou selecionar documentos e mapear enunciados que configuram uma formação discursiva sobre diferença. A arqueogenealogia possibilitou analisar como esta formação discursiva é estrategicamente inserida nos currículos. Concluiu-se que a inserção desta formação discursiva nos currículos é parte de uma tática que compõe uma arte de governo do desejo e da diferença.

Palavras-chave: Arte de governo. Biopolítica. Currículos. Desejo. Diferença. Educação.

Introdução

Falar de desejo, em Deleuze e Guattari (2010), requer compreender que não falamos de falta, mas de produção permanente. Desejar é produzir, é passar por devires (Zourabichvili, 2004), e é desta produção ininterrupta que emerge a diferença. Não a diferença com referente, resultante da comparação de singularidades com normas que funcionam como gabaritos e formam as paisagens sociais em diferentes épocas. Trata-se da diferença em si (Deleuze, 2018), que prolifera e insere a variação no que se pretende estável. O desejo é como um vulcão. Apesar da calma na superfície, há rios de magma fluindo sob ele. Diluindo rochas. Molecularizando molaridades e, às vezes, erupcionando. A diferença é como o magma expelido nas erupções. Escapa pela cratera e desliza transformando as paisagens aparentemente estáveis.

Nesta ótica todos somos máquinas desejanter, pois estamos em produção constante. Não somos as identidades que vestimos, mas também somos elas. Não se trata de recusar as identidades, mas de não nos reduzirmos a elas. Por medo e vontade de grei, criamos máquinas gregárias para nos arrebanhar, pois sabemos que a potência do desejo e a insubordinação da diferença em si podem implodir as sociedades (Deleuze; Guattari, 2010). Essas máquinas gregárias são várias: família, fábrica, igreja, sindicatos, escola, etc. Elas nos arrebanham, agrupam, e fazem isso nos colocando sob o jugo de identidades que são produtos dos discursos que configuram as epistemes de uma época. Daí Foucault (2012) argumentar que os discursos produzem os sujeitos sobre os quais falam. Assim, de máquinas desejanter nos tornamos a ‘esposa devotada’, o ‘marido provedor’, o ‘bom aluno’ etc. Isso ocorre por meio de um processo de biunivocização e binarização (Deleuze; Guattari, 2012). As máquinas gregárias projetam rostidades, modelos semióticos que introduzem um significante (biunivocização). Então, esses modelos são naturalizados, ganham estatuto de verdade e são universalizados. Essas “verdades” produzem subjetividades (binarização) que recalcam o desejo, o ‘domesticam’. É neste sentido que podemos pensar os currículos como máquinas abstratas de rostidades (Autor, 2023).

As máquinas gregárias decalcam rostidades sobre a heterogeneidade de singularidades, reduzindo-as a um limitado número de identidades que cabem nas paisagens sociais. Este processo nos submete aos modelos normativos e é a partir destas normas que a diferença emerge, já de forma reduzida, como diferença identitária, diferença da norma, como diversidade. Emerge, portanto, como algo socialmente inferiorizado e, em alguns casos, como algo a ser convertido ou, na impossibilidade, combatido e extinto. Há sempre [...] “um rosto elementar em correlação biunívoca com um outro: é um homem *ou* uma mulher, um rico ou um pobre, um adulto ou uma criança, um chefe ou um subalterno, ‘um x *ou* um y’” (Deleuze; Guattari, 2012, p. 49 ênfases do original). A conjunção alternativa “ou” exprime a ideia. *Ou* é norma, *ou* é o seu contrário. Redundam disso efeitos de verdade e poder sobre os corpos codificados por identidades normativas *ou* desviantes. “Na rostidade, a semiótica

segregacionista é um conectivo de apenas duas margens. Por isso mesmo existirão marginais. Ou o sujeito se encontra de um lado, ou está do outro lado” (Carvalho, 2021, p. 134). Assim, urge analisar a relação da máquina gregária escolar com o desejo e a diferença. Se falamos de escola e sua produção de subjetividades (Silva, 2007), referimo-nos diretamente aos currículos.

Diante disso, surgiram questionamentos sobre a relação entre a máquina gregária escolar, o desejo e a diferença em si. A escola majora ou diminui nossa potência de agir? Dá vazão aos fluxos desejantes ou os canaliza estrategicamente? Perguntas assim surgiram no início da pesquisa e percebi que, para respondê-las, deveria interrogar os currículos e, para compreender estes, precisaria olhar para documentos que normatizam e/ou orientam a educação nacional. Considerando que atualmente as determinações para a educação brasileira têm forte influência internacional, notei que teria que analisar documentos nacionais e internacionais.

Gradualmente, reduzi as perguntas a quatro questões: quais enunciados sobre diferença estão presentes em documentos que normatizam e/ou orientam a educação escolar brasileira? Qual formação discursiva se configura da conjunção desses enunciados? Como essa formação discursiva se insere nos currículos escolares contemporâneos? Qual/quais função/ões essa formação discursiva desempenha ao ser inserida nos currículos escolares?

Para respondê-las, defini estes objetivos: mapear enunciados sobre a relação entre diferença e educação escolar em documentos que a normatizam e/ou orientam. Analisar os enunciados mapeados e a formação discursiva que configuram. Problematizar a inserção e o uso biopolítico dessa formação discursiva nos currículos escolares contemporâneos.

Optei por uma fundamentação teórica pós-estruturalista e utilizei autores como Deleuze, Guattari, Foucault e autores do campo dos estudos curriculares pós-críticos, como Silva (2007), Carvalho (2021), Gallo (2021) e (Autor, XXXX).

Escolhas metodológicas

Seguindo a fundamentação teórica anunciada bricolei duas ferramentas metodológicas (Meyer; Paraíso, 2014). Uni os princípios da cartografia deleuzeguattariana à arqueogenealogia foucaultiana. Isso implicou na necessidade de definir um recorte histórico, pois Foucault filosofava a partir da história. Defini o período entre 1945 e 2022, ano de conclusão da pesquisa. Foram selecionados documentos promulgados neste período. Em 1945 ocorreu a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), simbolizando o esforço para garantir que os horrores da Segunda Guerra Mundial jamais se repitam. Além disso, a ONU é uma força centrípeta e centrífuga no que tange aos discursos. Ela reúne os Estados membros e pacifica visões de mundo, homogênea enunciados e formações discursivas que se

desdobram em políticas públicas nos países membros, como as políticas curriculares. Vários organismos influenciam na elaboração de políticas educacionais atualmente, mas quis apenas indicar o ponto de partida.

Assim, o primeiro documento foi a Carta das Nações Unidas (1945), que fundou a ONU. Sua leitura me levou à Declaração Universal dos Direitos Humanos (1945). Os documentos se referiam a outros e surgiu um mapa de quarenta e oito documentos, nacionais e internacionais, que exerceram ou exercem influência direta ou indireta na educação brasileira e na configuração dos currículos. Sendo inviável nomeá-los e citá-los, ater-me-ei aos enunciados que mapeei, à formação discursiva que engendram e como ela é inserida nos currículos. Isso possibilitará problematizar seu uso biopolítico e pensar em possíveis efeitos de verdade e poder.

Ao ler os documentos, notei que algumas palavras ‘saltavam’ e chamei-as de palavras insistentes. Este movimento de aproximar o olhar, é descrito por Kastrup (2009). Segundo esta autora, o cartógrafo mantém a atenção flutuante até que algo lhe toque. Tocado pelas palavras insistentes, cataloguei-as e criei uma lista com mais de duzentas e lancei um olhar atento a elas. Notei que todas se relacionavam a outras nove. Estas nove palavras constituíam os enunciados que possibilitariam inferir a formação discursiva sobre diferença presente nos documentos e que se capilariza nos currículos. Os enunciados mapeados foram: humano, igualdade-equidade, tolerância, diversidade-diferença, inclusão, liberdade, democracia, cidadania e educação escolar. Mapeados os enunciados, pude analisá-los e recorri à arqueogenealogia foucaultiana, pois a arqueologia (discurso) possibilitaria analisar as condições de possibilidade para que estes enunciados, e não quaisquer outros, pudessem emergir no período em estudo e configurar uma formação discursiva sobre a diferença. Já a genealogia (poder), possibilitaria analisar a inserção desta formação discursiva em estratégias de saber-poder, neste caso, nos currículos escolares.

A arte de governar o desejo e a diferença

Lancei um olhar arqueológico aos enunciados para mapear condições de possibilidade de sua emergência e cheguei as seguintes: pós-modernismo/pós-modernidade, fundação da ONU, promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, estado de bem-estar social (keynesianismo), lutas de movimentos sociais reivindicatórios e/ou contestatórios, expansão e aceleração da globalização, expansão do modelo de democracia liberal, redemocratização do Brasil e promulgação da Constituição Federal de 1988. Esses acontecimentos produziram desterritorializações semióticas que abriram fissuras por onde emergiram outros enunciados que conceberam esta formação discursiva sobre a diferença:

Se somos todos *humanos*, somos todos *iguais*. Isso demanda do Estado que assegure direitos a todos, o que o leva a considerar as *diferenças*, isto é, os desiguais devem ter tratamento desigual, para que haja *equidade* e não exclusão. Deste modo, é necessário incluir a todos e, uma vez incluídos, a *tolerância* mútua entre as diferenças é fundamental para que as *liberdades* individuais se concretizem. Sem isso não será possível construir uma *democracia* na qual a *diversidade* humana, em todos os seus aspectos, possa existir e coexistir em harmonia. Portanto, a *educação escolar*, que é um direito social assegurado pela Constituição Federal, deve promover a *inclusão*, considerando as diferentes necessidades dos sujeitos e educar, desde cedo, para o convívio coletivo pacífico (Autor, xxxxxxxxxx ênfases do original).

Esta formação discursiva é tributária do primado da identidade e, sendo aceita como verdade, reverbera em documentos oficiais que normatizam e/ou orientam a educação prolongando-se nos currículos e gerando efeitos de verdade e poder. A diferença em si é reduzida à diversidade e deve ser incluída para ser governada. Assim se pode aplacar a potência do desejo e da diferença em si, que poderia implodir as sociedades. É preciso remetê-los aos modelos e isso requer uma arte de governo que recalque o desejo e capture a diferença que escapar no processo. A captura é feita sobrecodificando-a como desvio das normas e reduzindo a multiplicidade aos agenciamentos binários marcados pela assimetria entre os polos. Como nos pares ‘branco-negro’, ‘bom professor-mau professor’, ‘bom aluno-mau aluno’, etc.

Considerações

A arte de governo do desejo e da diferença parte da inserção de uma formação discursiva sobre diferença nos currículos escolares. Nota-se a relação saber-poder, pois há um saber, uma ‘verdade’ sobre a diferença, sendo utilizado em uma tática biopolítica de governo do desejo e da diferença pela educação escolar. Sendo a educação um direito social, não há como ignorar as diferenças, então, é preciso geri-las. Fazê-las confluir aos padrões gerais de racionalidade e comportamento. Coligar as singularidades em torno de um projeto de sociedade comum. Frente a impossibilidade de paralisar os fluxos desejantes e a diferença em si, a arte de governo do desejo e da diferença busca equalizar a relação entre fluxos molares e moleculares, entre identidade e diferença em si, para fazer os fluxos confluírem aos interesses do neoliberalismo global, para conduzi-los. Porém, o desejo não cessa de desejar e erupcionar a diferença em si. Esta, por sua vez, não para de diferir e proliferar e fugir e...e... a arte de governo deve gerir esta instabilidade constante, deve dançar sobre vulcões.

Referências

AUTOR. XX.

AUTOR XX

CARVALHO, Alexandre Filordi de. Das diferenças sem rostos: pensar e agir contra a máquina de rostidade segregacionista. *In*: GALLO, Sílvio. (Org.). **Diferenças e educação: escapar ao conformismo**. São Paulo: Intermeios, 2021. p. 125-135.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Tradução Luiz Orlandi e Roberto Machado. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução Luiz Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução Ana L. de Oliveira, Aurélio G. Neto e Célia P. Costa. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011. v. 1.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012. v. 3.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GALLO, Sílvio. (Org.). **Diferenças e educação: escapar ao conformismo**. São Paulo: Intermeios, 2021. p. 125-135.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *In*: ESCÓSSIA, Liliana da; KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 32-51.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ZOURABICHVILI, François. **O vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.